

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 519 - Brasília, terça-feira, 12 de agosto de 1997

O exemplo de Betinho vive. Senado homenageia esperança

"Ele uniu os problemas ao remédio que se chama solidariedade. Materializou suas teses sem ter um único cargo e sem ter fortuna. Foi um herói nacional que permanecerá para sempre na memória do povo. Um caso de quase unanimidade"



Antonio Carlos Magalhães anuncia, em entrevista coletiva, os próximos passos da votação da reforma da Previdência

É uma forma de o Senado homenagear um homem público em seu sentido mais amplo. Assim Lúcio Alcântara justificou o requerimento, aprovado pelo plenário, determinando a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do sociólogo Betinho e o envio de condolências à família e ao estado do Rio de Janeiro. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, destacou que Betinho é um caso de quase unanimidade nacional. Diversos senadores destacaram o exemplo de luta e o sentimento de esperança legados por Herbert de Souza. Páginas 4 e 5

Plenário começa a debater Previdência

O plenário inicia hoje a discussão da reforma da Previdência, cuja votação estará concluída até 10 de setembro, segundo previu ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. ACM confirmou que são esperadas numerosas emendas de plenário ao substitutivo de Beni Veras,

mas confia em sua aprovação. Ainda na sessão de hoje, o plenário votará o segundo turno da proposta de emenda constitucional do senador Ronaldo Cunha Lima que institui o efeito vinculante em decisões do STF e a indicação de Gustavo Franco para a presidência do Banco Central. Página 3



Proposta de Lobão obriga empresa a fazer seguro

Seguro para comprador de imóvel

Projeto apresentado ontem por Edison Lobão obriga toda empresa que vende imóveis em construção a fazer seguro para garantir direitos de compradores. Página 8

Sai amanhã parecer sobre CPI

Josaphat Marinho apresenta seu parecer sobre recurso de Geraldo Melo. Página 6

Coutinho destaca nova visão para educação



Educação deve adaptar-se à nova ordem

Coutinho Jorge apresenta resultados da reunião da Comissão de Educação do Parlamento Latino-Americano. Página 7

Alternativa ao serviço militar

É o que propõe o senador Pedro Simon, em tempos de paz. Página 8

Lauro aponta custo social da estabilidade econômica

Ao referir-se a entrevista do ministro da Fazenda, Pedro Malan, publicada domingo pela *Folha de S. Paulo*, o senador Lauro Campos (PT-DF) voltou a criticar ontem a política econômica do governo. O senador disse que é o próprio ministro quem admite

que a queda do nível de emprego pode ter efeitos negativos na reeleição do presidente da República.

Quanto à parte da entrevista em que Malan afirma que o combate à inflação e a estabilização do Real representam um alto custo social, Lau-

ro Campos disse que esse fator econômico, em sua opinião, se chama "custo FHC". O senador afirmou que, desde 1958, tem-se preocupado com a questão social brasileira e que vê o atual governo em cada vez menos preocupado com isso.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

- 10h - Concede entrevista à Rede Católica de Rádio
- 11h - Despachos internos
- 15h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

O tempo da Hora do Expediente será destinado a homenagear o Dia das Artes.

Ordem do Dia Terceiro e último dia de discussão em segundo turno da *PEC nº 54/95*, que trata do efeito vinculante, primeiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 19/96*, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS, primeiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 33/96* (tramitando em conjunto com a *PEC nº 14/96*), que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição, *PEC nº 14/96* (tramitando em conjunto com a *PEC nº 33/96*), que modifica o sistema de previdência social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado e estabelece normas de transição, e discussão em turno único do *Parecer nº 394/97*, sobre a Mensagem nº 136/97, de 4 de corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome de Gustavo Henrique Barroso Franco para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil.

19h - Sessão do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação de MPs e vetos presidenciais. *Plenário da Câmara dos Deputados*

COMISSÕES

17h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação do "Ofício "S" nº 45/97 (não terminativo)" solicitação do governo do estado de Minas Gerais para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LFTMG), cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 97, "Ofício "S" nº 58/97 (não terminativo)", em que o governo do estado do Rio Grande do Sul solicita autorização para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFTRS), cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária do estado, vencível no 2º semestre de 97, "Mensagem nº 120/97 (não terminativo)", que solicita ao Senado Federal seja autorizada operação financeira que visa ao reescalonamento de créditos brasileiros junto a República do Suriname, na forma do acordo assinado em 10 de janeiro de 1996, e "Emenda nº 1 de Plenário oferecida ao Projeto de Resolução nº 86/97 (não terminativo)", que autoriza o estado de São Paulo a contratar operação de refinanciamento de dívidas do estado, com subsidiariedade nos contratos celebrados em 22 de maio de 1997, com base no Protocolo de Acordo firmado entre a União e o governo do estado de São Paulo, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (13.08.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Segundo dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 19/96*; da *PEC nº 33/96* (tramitando em conjunto com a *PEC nº 14/96*); da *PEC nº 14/96* (tramitando em conjunto com a *PEC nº 33/96*); e

discussão em turno único do *PLS nº 157/96-Complementar*, que veda a contratação por entes públicos dos serviços que menciona.

Quinta-feira (14.08.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Terceiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 19/96*; da *PEC nº 33/96* (tramitando em conjunto com a *PEC nº 14/96*); e da *PEC nº 14/96* (tramitando em conjunto com a *PEC nº 33/96*).

Sexta-feira (15.08.97)

9h - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 19/96*; da *PEC nº 33/96* (tramitando em conjunto com a *PEC nº 14/96*); e da *PEC nº 14/96* (tramitando em conjunto com a *PEC nº 33/96*).

COMISSÕES

Quarta-feira (13.08.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Recurso nº 5/97", que solicita seja ouvida a CCJ no sentido de que seja preservada a decisão da CPI dos Precatórios do dia anterior, de 22, segundo a qual o relatório final da CPI será o do relator, com os votos em separado sendo anexados sem modificação do texto, conforme recurso oral proferido na sessão de dia 24.07.97 (DSF 25.07.97, págs. 15104/5) aprovado pelo plenário; *PEC nº 12/91*, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95*, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 6/96*, que torna o voto facultativo; *PEC nº 52/95*, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PEC nº 58/95*, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e *PEC nº 12/96*, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (14.08.97)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação do "Ofício "S" nº 53/97 (não terminativo)", que encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFTRS), cujos recursos serão destinados ao pagamento da 8ª parcela e correção monetária da 6ª e 7ª parcelas de precatórios judiciais; *PLS nº 212/95* (terminativo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; *PLS nº 46/96-Complementar* (não terminativo), que autoriza o Banco do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; *PLS nº 122/96* (terminativo), que dispõe sobre a compensação do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, pago em excesso com impostos federais; *PLS nº 313/95* (terminativo), que regulamenta o uso da língua vernácula para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instruções, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, letreros, painéis e toda e qualquer modalidade de informação destinada ao consumidor brasileiro; e *PLS nº 30/96* (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Maldaner: reforma será a possível, não a que o governo quer

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou ontem que o governo não vai conseguir aprovar, como deseja, as propostas de reformas que estão tramitando no Congresso, mas, sim, as mudanças possíveis. Disse o senador que, quando o governo apresentou a proposta de reeleição, perdeu terreno em relação às demais reformas constitucionais.

- Penso que o esforço da tropa de choque do governo não ocorreu na hora certa. Dois anos e meio se passaram desde a posse do presidente Fernando Henrique e não avançamos o suficiente em relação às reformas. Tinhamos de ter



Maldaner: esforço maior andado mais depressa - afirmou.

De acordo com Casildo Maldaner, o governo precisará fazer um trabalho de convencimento redobrado para mostrar que "não é por estar pensando em outro mandato que está querendo as reformas".

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Heivaldo Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Antonio Carlos Magalhães considera que o substitutivo de Beni Veras representa a média do pensamento dos senadores, e prevê boa receptividade, depois da votação em segundo turno, também na Câmara

Previdência deve ser votada até 10 de setembro

A votação da reforma da Previdência pelo plenário da Casa, incluindo o segundo turno, estará concluída "no máximo até 8 ou 10 de setembro", garantiu ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, prevendo também a aprovação do texto do substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE), "que representa a média do pensamento do Senado".

Antonio Carlos Magalhães anunciou para hoje o início da discussão da matéria, que deverá ser votada, em primeiro turno, até o dia 23 deste mês. Ainda na sessão desta terça-feira, o plenário votará o segundo turno da emenda constitucional instituindo o eleito vinculante, além da indicação de Gustavo Franco para a presidência do Banco Central.

O senador confirmou que são esperadas numerosas emendas de plenário ao substitutivo do relator à reforma da Previdência, mas disse que tem certeza da aprovação final do trabalho de Beni Veras, e espera uma boa receptividade do texto na Câmara.

A reforma da Previdência vai sair daqui com poucos óbices. Já existe uma margem muito grande dos que ficarão a favor. As coisas po-



Antonio Carlos Magalhães prevê aprovação fácil, em função das dificuldades dos estados

derão andar, lá na Câmara, tão bem quanto aqui - afirmou.

O presidente do Senado concorda com a avaliação de que as dificuldades enfrentadas pela maioria dos estados facilitarão a votação da reforma administrativa no Congresso. Segundo ele, a demora na aprovação da matéria pela Câmara - devido às próprias circunstâncias que envolvem a discussão - terá o efeito de apressar a

decisão dos parlamentares.

- Diante das dificuldades que os estados estão vivendo, acredito que todos vão se levantar para pedir a aprovação urgente da reforma administrativa, para assegurar a governabilidade - disse.

Antonio Carlos Magalhães considerou "inconveniente tratar, no atual período de governo", da proposta de privatização da Petrobrás.

Senado precisa de tempo para examinar lei eleitoral, diz ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, advertiu ontem para a necessidade de o projeto da nova Lei Eleitoral chegar à Casa em tempo hábil para a realização de uma discussão efetiva da matéria pelos senadores - ou seja, até o início de setembro.

- O Senado não quer votar uma lei como esta assumindo perante a nação a responsabilidade de não tê-la examinado devidamente. É importante que a Câmara dos Deputados envie o projeto em tempo hábil para o exame do Senado e, se for o caso, o reexame pela Câmara - afirmou.

O senador esclareceu que considera como "prazo viável" qualquer

data próxima a 1º de setembro. "Não pode é chegar aqui lá pelo dia 20", explicou.

Antonio Carlos Magalhães vê "um pouco de provincianismo" nas restrições que estão sendo levantadas às inaugurações, e acredita que seria mais correto concentrar a discussão nos aspectos morais a serem contemplados pela lei, e, especialmente, em garantir ao texto a objetividade necessária para torná-lo aplicável na prática.

- Bastaria o presidente mandar o ministro inaugurar a obra num dia, e visitar a cidade no outro, e pronto: estaria cumprida a lei e premiada a hipocrisia - disse.

Patrocínio tem emenda para ajudar prefeitura devedora

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) anunciou que apresentará hoje, primeiro dia de discussão da reforma da Previdência em plenário, emenda que autoriza o INSS a investir nos municípios o mesmo valor das dívidas de cada prefeitura para com o instituto, vencidas até fevereiro último. O dinheiro se destinará com prioridade a obras já iniciadas.

Patrocínio lembrou que centenas de municípios reescalonaram suas dívidas junto ao INSS e têm retidos até 9% dos repasses do Fundo de Participação dos Mu-

nicipios para pagamento de parcelas de atrasados. Com tais pagamentos, essas prefeituras estão em dificuldades e muitos prefeitos acabam se dirigindo a Brasília para tentar junto ao governo federal dinheiro a fundo perdido para bancar seus projetos.

- Com minha emenda, o prefeito não tem de vir a Brasília arrumar dinheiro. Ele poderá usar o dinheiro destinado ao INSS - esclareceu. O total de retenção "será uma gota de água na imensidão que foi destinada ao Proer", cerca de R\$ 20 bilhões, conforme o senador.

Trechos de artigo do jornalista Marta Salomon, publicado ontem pela *Folha de S. Paulo*, sob o título "Não é o que parece", foram lidos por Carlos Patrocínio. Conforme o artigo, até agora o governo liberou percentuais muito baixos das dotações destinadas aos projetos do *Brasil em Ação*, "carro-chefe da campanha presidencial à reeleição". Segundo o jornalista, até 15 de julho a reforma agrária só havia recebido 6,28% das verbas previstas para todo o ano. O combate à mortalidade ganhou apenas 12,59%.

Levantamento feito pelo de-

putado federal Alexandre Cardoso, mostrando que 54% das prefeituras não têm condições de se sustentar, foi citado pelo senador pelo Tocantins. Patrocínio disse que o

deputado pretende apresentar projeto reduzindo o número de municípios, eliminando aqueles que não conseguem sobreviver sozinhos.

Patrocínio chamou a atenção também para a lentidão da reforma agrária



HOMENAGEM A BETINHO

Plenário aprova pesar pela morte do homem que simbolizou a esperança



Valmir lembra sonho de Betinho

Valmir: "Ele lutou por um Brasil livre e sem fome"

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) afirmou ontem que o sociólogo Herbert de Souza, falecido no sábado, "foi um herói nacional que permanecerá para sempre na memória do povo brasileiro". Ele assinalou que, mesmo "alquebrado pela doença, Betinho jamais esmoreceu, jamais se entregou, e lutou até as últimas consequências por aquilo em que acreditava: a possibilidade de um Brasil livre e sem fome".

Depois de ressaltar o papel desempenhado pelo sociólogo na criação do programa Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, o senador lembrou que o sonho de Betinho era tirar 32 milhões de brasileiros da miséria, tendo para isso instalado mais de 3.500 Comitês de Solidariedade por todo o Brasil.

Valmir Campelo lembrou que Betinho foi perseguido pelo regime militar e viveu exilado por muitos anos, tornando-se, por isso mesmo, um dos símbolos dos movimentos libertários dos anos 60/70. Após seu retorno ao Brasil, ele "participou de todas as grandes causas que movimentaram o país nos últimos anos, incluindo o movimento por eleições diretas, em 1984", acrescentou.

O plenário do Senado aprovou ontem a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento de Herbert de Souza (Betinho) e o envio de condolências à família e ao estado do Rio de Janeiro, conforme requerimento encabeçado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

É uma forma de o Senado homenagear um homem público em seu sentido mais amplo, aquele que se interessa pela *res publica* na busca do bem comum - justificou Alcântara.

Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Romero Jucá (PFL-RR) e José Roberto Arruda (PSDB-DF) encaminharam favoravelmente ao requerimento. Para Dutra, Betinho

"foi um homem de esquerda que demonstrou ser possível mudar sem mudar de lado, incorporando as esperanças de milhões de brasileiros". Sua

Em nome da Mesa do Senado, ACM afirma que, "se há um caso de quase unanimidade nacional, é o de Betinho"

morte, na opinião do senador, decorreu da "falta de estrutura do Estado brasileiro, particularmente na área da saúde".

Segundo Arruda, Betinho e seus irmãos Henfil e Francisco Mário, também hemofílicos e vitimados pela Aids adquirida em transfusões de sangue, demonstraram que "incomfor-

mismo não tem que ser raivoso. Betinho era doce e bem-humorado", observou.

Em nome da Mesa, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, associou-se às manifestações dos senadores dizendo que, "se há um caso de quase unanimidade nacional, é o de Betinho".

Não é à toa que a imprensa, em uníssono, fez o registro de seu falecimento com grandeza, disse o senador.

Antonio Carlos destacou, em especial, artigos do jornalista Elio Gaspari, "A Banalidade do Bem", publicado no jornal *O Globo*, e do senador José Serra, na *Folha de S. Paulo*.

Jucá lembra a doçura, mesmo na mais dura luta

O senador Romero Jucá (RR), falando em nome do PFL, registrou pesar pelo falecimento do sociólogo Herbert de Souza, mencionando sua história, luta e exemplo de cidadania. O senador elogiou também a persistência pela vida empreendida por "um homem que padecia de tantos problemas de saúde".

Jucá pediu a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo "A Banalidade do Bem", assinado pelo jornalista Elio

Gaspari no jornal *O Globo*, e disse que, com a leitura desse texto, desejava homenagear sobretudo "o homem que enfrentou a ditadura e nunca perdeu a doçura, a esperança e a sensibilidade para ajudar o próximo".

Romero Jucá afirmou que são exemplos como o oferecido por Betinho que vão ajudar a construir este país e transformar os brasileiros em pessoas que ajudam o próximo a criar um futuro melhor.



Jucá: transcrição nos Anais

Lauro culpa o sistema de saúde do país

O senador Lauro Campos (PT-DF) observou que foi o sistema de saúde brasileiro que matou Herbert de Souza e seus irmãos - Chico Mário e Henfil. "Todos os três demonstraram o absurdo descaço da nossa sociedade para com a vida humana", afirmou o senador, lembrando também que foi em decorrência de tratamento equivocado que morreu o sociólogo Florestan Fernandes.

Ele explicou que, assim como



Lauro: descaço com vida humana

contraiu o vírus da Aids mediante transfusão de sangue, Betinho contaminou-se com a hepatite também dessa forma. Mas Lauro Campos entende que Betinho sempre esteve preparado para a morte.

O senador elogiou o compromisso com a vida, presente, segundo ele, tanto em Herbert de Souza como em Darcy Ribeiro, dizendo que eles foram figuras inquietantes da história brasileira.



Emília: denúncia e indignação

Solidariedade deve inspirar os políticos, exorta Emília

Herbert de Souza, o Betinho, comprometido com os problemas de seu tempo, tinha olhos de "verdadeiro sociólogo" para ver seu país e o mundo, ressaltou ontem a senadora Emília Fernandes (RS).

Para a senadora, a luta de Betinho deve representar para todos, principalmente políticos e governantes, "esperança, exemplo, organização, entusiasmo, solidariedade, fé, vontade de servir, ação, compromisso de luta e trabalho, denúncia e indignação, participação comprometida e valores éticos".

Emília Fernandes fez questão de inserir, em seu pronunciamento, um trecho da Carta de Ação da Cidadania, "sempre atual": "Não se pode viver em paz em situação de guerra. Não se pode comer tranquilo em meio à fome generalizada. Não se pode ser feliz num país em que milhões se batem no desespero do desemprego, da falta de condições mais elementares de saúde, educação, habitação e saneamento. Não se pode fechar a porta da consciência. A insanidade de um país que marginaliza a maioria deve terminar agora".

HOMENAGEM A BETINHO

O canalizador da luta pela plena cidadania, segundo Calheiros

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou que poucos brasileiros "encarnaram neste final de século com tanta fidelidade e harmonia os ideais universais de liberdade, igualdade e fraternidade" quanto o sociólogo Herbert de Souza.

- A prolongada doença jamais lhe deu motivo de desespero e alienação, pois ele soube usá-la como uma

tribuna de conscientização de seus compatriotas, mobilizando-os para compreender os grandes desafios da saúde, da educação, do emprego e do combate à fome - disse.

Depois de lembrar o exílio de Betinho na Europa e no Canadá, onde "empreendeu uma profunda e corajosa autocritica" sobre a opção de se pegar em armas contra o regime, Renan Calheiros

assinalou que o sociólogo voltou "com uma renovada profissão de fé na democracia".

- Organizador e mobilizador de grande talento, a Betinho coube canalizar as energias nacionais para os objetivos mais permanentes do combate à fome e ao desemprego, os grandes inimigos da plena afirmação da cidadania de dezenas de milhões de brasileiros - assinalou.



Calheiros: fé na democracia



Benedita: pressão da indústria

Fim de embargo a venda de armas à América Latina preocupa Benedita

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) manifestou sua preocupação diante da decisão do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, de pôr fim ao embargo de armamento para a América Latina. A seu ver, o governo norte-americano pretende voltar a vender armas sofisticadas ao Terceiro Mundo, atendendo a pressões dos grandes fabricantes. Para Benedita, "investir em armamentos pesados e de alta tecnologia num momento em que vários países latinos celebram seus acordos de paz, em que buscam sedimentar suas democracias, é ceder aos interesses unilaterais, financeiros e estratégicos, da mais poderosa economia do planeta". Na opinião da senadora, América Latina precisa investir em políticas sociais para "fazer frente a seu quadro de pobreza generalizado e à geração de empregos e de riquezas para atender aos mercados internos e externos".

Marina faria com ele cartilha ambiental



Marina: a lei como instrumento

A senadora Marina Silva (PT-AC) informou que Betinho pretendia elaborar com ela uma cartilha para popularizar a lei de acesso aos recursos da biodiversidade quando ela fosse aprovada pelo Congresso.

- Ele queria uma cartilha simples, mas sem simplificar a questão, que é polêmica. Betinho entendia

que seria possível fazer um documento para que as pessoas pudessem ter a lei como um instrumento que ajudasse a evitar a exploração indevida de nossos recursos genéticos e biológicos - explicou.

Marina Silva afirmou que Betinho, ao lado de Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Paulo Freire e Chico

Mendes, foi capaz de identificar e denunciar os problemas, mas apresentando ao mesmo tempo soluções.

- Betinho foi o exemplo que uniu os problemas e o sofrimento deste país com o remédio para suas chagas, que se chama solidariedade - assinalou a senadora.

Ademir Andrade cita "o sentimento dos socialistas"

Para o senador Ademir Andrade (PSB-PA), o desprendimento em relação aos valores materiais e a valorização da existência pessoal como trabalho dirigido ao bem público foram qualidades de Betinho indicativas de que "ele tinha o sentimento dos socialistas".

Nem o Brasil nem o mundo estão como Betinho desejava, reconheceu o senador, mas, conforme acrescentou, "ele conseguiu o que muitos não conseguem", além de ter legado seu exemplo. Houvesse muitos Betinhos, o país com certeza seria bem diferente, acentuou.

Ademir Andrade disse



Ademir: que o trabalho frutifique

também esperar que o trabalho desenvolvido por Herbert de Souza, lembrado e admirado "por todos, de qualquer matiz ideológico", seja compreendido e frutifique.

Um Quixote além dos sonhos, define Mauro

Ao se associar às manifestações de pesar, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) observou que, em sua cruzada contra a dor da fome, Herbert de Souza destacou-se como um Quixote "que foi muito além dos sonhos".

A seu ver, ninguém foi capaz de conscientizar tanto o Brasil para a situação dos excluídos.

- Ele materializou as suas teses sem ter um único cargo político, sem ter tribuna, sem ter fortuna, crescendo perante a nação como andarilho da palavra, da ação e do convencimento, sem colher benefícios pessoais - disse.

Para Mauro Miranda, a fi-



Mauro: andarilho da palavra de Betinho acabou por confundir-se com "a de um apóstolo moderno, por sua crítica social cortante e sincera, pela determinação que imprimiu às suas iniciativas e por sua capacidade de superar os limites físicos na reinvenção do possível".

**Ouçã a
Rádio
Senado
FM
91,7**

Tuma destaca Bienal de Arquitetura

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que a III Bienal Internacional de Arquitetura, a ser realizada em São Paulo em novembro, mostrará a importância da arquitetura como expressão de cultura e como instrumento para a resolução de problemas coletivos.

De acordo com o senador, a programação da Bienal inclui painéis específicos para estudantes de nível secundário, palestras de interesse geral, exposições de maquetes de cenários e estúdios da Rede Globo e sobre moradia brasileira, além da apresentação de um projeto para o Distrito Federal, pela Rede Manchete.

Tendo como objetivo estreitar os laços entre sociedade e arquitetos, a III Bienal Internacional de Arquitetura permitirá posicionar a produção brasileira no âmbito da arquitetura internacional como evento de ampla penetração no meio técnico, propiciando forte impacto no público em geral - disse Romeu Tuma, que fez um histórico da criação da Fundação Bienal.



Josaphat: a hora da decisão sobre o recurso



Melo: segunda decisão alterou o relatório



Requião: relator considera o texto modificado

Após a decisão da CCJ, Comissão Parlamentar de Inquérito terá 48 horas para se reunir e atender à recomendação aprovada

Josaphat dará amanhã parecer sobre CPI

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) apresentará amanhã à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) parecer sobre o recurso do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) contra a decisão da CPI dos Precatórios que alterou o relatório do senador Roberto Requião (PMDB-PR).

No último dia 22, a CPI deliberou que os votos em separado deveriam ser apenas anexados ao texto de Requião, mas, no dia seguinte, a comissão reconsiderou a decisão,

entendendo que os votos em separado deveriam modificar o trabalho do relator. Geraldo Melo, vice-presidente da comissão e 1º vice-presidente da Casa, entrou com recurso por entender que matéria vencida não pode ser reapresentada.

Se acatar o recurso de Geraldo Melo, a CCJ decidirá que o relatório de Requião foi aprovado com votos em anexo. Se rejeitar, terá entendido que o relatório incorporou os votos em separado. Depois da decisão da CCJ, a CPI terá

48 horas para reunir-se a fim de atender à recomendação aprovada.

EMISSÃO DE LETRAS

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se às 17h de hoje para apreciar ofícios com solicitações dos governos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul para que possam emitir Letras Financeiras do Tesouro dos respectivos estados, cujos recursos serão destinados ao giro de suas dívidas mobiliárias venovíveis no 2º semestre de 1997.

A CAE apreciará, também,

mensagem do governo de autorização para operação financeira visando ao recalculamento de créditos brasileiros junto à República do Suriname. Na mesma sessão, a comissão analisará emenda de plenário do senador Esperidião Amin (PPB-SC) ao projeto de resolução que autoriza o estado de São Paulo a contratar operação de refinanciamento de dívidas do estado, consubstanciada nos contratos celebrados em 22 de maio de 1997.



Tuma: uma iniciativa importante



O Informativo da RÁDIO SENADO

91,7 FM já está na INTERNET

www.senado.gov.br



Coutinho Jorge apresenta resultados da reunião, em São Paulo, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia do Parlamento Latino-Americano, que ele preside

A educação adaptada à nova ordem



Amorim: críticas infundadas

Amorim quer ouvir governador

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) anunciou ontem a apresentação de requerimento à Comissão de Assuntos Sociais para que o governador do Acre, Orleir Cameli, ali se apresente para dar conhecimento do programa que sua administração vem executando na área de saúde, especialmente na de suprimento de medicamentos destinados à população carente.

Amorim afirmou que, frequentemente, o governador do Acre "vem sendo submetido a severas críticas, muitas das quais sabidamente infundadas e com evidente motivação política". Mas sustentou que o governador Cameli "vem executando um eficiente programa de saúde pública, de largo alcance para a população menos favorecida, notadamente na área de suprimento de medicamentos essenciais".

Daí por que o senador concluiu que "deve interessar à Comissão de Assuntos Sociais conhecer as razões que levaram o governador do Acre a importar medicamentos, ao invés de adquiri-los no mercado interno, para avaliar as consequências do procedimento, quer em relação à economia nacional, quer no que se refira às finanças públicas do estado".

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) destacou ontem a Oitava Reunião da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia do Parlamento Latino-Americano realizada nos dias 27 e 28 de julho, no Memorial da América Latina, em São Paulo, com a participação de representantes de vários países da América Latina e do Caribe.

Presidente dessa comissão, Coutinho Jorge disse que na oportunidade foram discutidos três importantes assuntos: o informe apresentado pela Unesco sobre a educação para o século XXI; um plano de educação para o desenvolvimento e a integração da América Latina; e a dimensão cultural para o desenvolvimento da região.

O senador explicou que, para a Unesco, é indispensável que a educação não seja vista de forma isolada e sim "integrada a uma série de políticas im-



Coutinho: engajamento

portantes, colocada a serviço do desenvolvimento total para que haja uma adaptação à nova ordem mundial e se evite o fracasso escolar em muitos países, especialmente do Terceiro Mundo".

O senador informou que o Parlamento Latino-Americano conta com 19 comissões permanentes, com temas específicos, sintetizando os interesses de todos os países da Amé-

rica Latina. O Brasil responde pela Comissão de Educação.

Coutinho Jorge lembrou que o Parlamento Latino-Americano é um organismo permanente e unicameral, formado por todos os parlamentos da América Latina e Caribe com o objetivo de trabalhar a favor da comunidade regional e pela integração dos países que o compõem.

O senador acrescentou que o Parlamento, criado em 1964, foi institucionalizado a partir de 1987, quando teve seu tratado assinado por todos os países da América Latina.

Em aparte, a senadora Emília Fernandes (RS) disse que o Parlamento Latino-Americano é um espaço importante para se buscar a integração necessária e impulsionar as ações do continente. Ela destacou que o Parlamento deve ser valorizado por todos e elogiou o engajamento de parlamentares de outros países no organismo.



Amin busca solução

Amin sugere doação a portuários

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) apresentou projeto que autoriza o Poder Executivo a doar 127 lotes e suas benfeitorias a seus ocupantes, comprovadamente ex-funcionários da Companhia das Docas de Imbituba ou descendentes ou sucessores de pessoas que detinham tal vínculo empregatício.

Esperidião Amin lembrou que as casas, ocupadas por antigos portuários ou por seus descendentes, foram transferidas ao Patrimônio da União, ocasião em que se passou a cobrar uma taxa de ocupação dos moradores. Essa, embora não constitua uma quantia muito elevada, tem pesado no orçamento daquelas famílias, explicou.

De acordo com o senador, os moradores dos lotes vêm, ao longo de décadas, zelando pela conservação dos imóveis, e "qualquer forma de alienação desses lotes que não seja a doação causará um desnecessário problema social, expulsando seus moradores".

Amin pediu o apoio dos senadores ao projeto, que, segundo ele, conta com a compreensão do ministro da Fazenda e "virá trazer a tranquilidade e a solução do problema habitacional para pessoas que contribuíram com seu trabalho para o desenvolvimento do país".

Hollanda ressalta ação do governo na área social

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) destacou a preocupação do governo com a área social do país. Ele ressaltou a importância de programas da Fundação Nacional de Saúde, como a Campanha Nacional de Multivacinação, que se realizará no dia 16 de agosto, e o Plano Emergencial para o Controle da Tuberculose.

Hollanda assinalou ainda a liberação de recursos do Sistema Único de Saúde para pagamento, junto à rede credenciada, do reajuste de 25% sobre o valor das internações hospitalares de maio passado, cuja quitação foi feita no dia 2 de julho. Conforme disse, o total liberado, referente à quitação mais o reajuste, atingiu quase R\$ 260 milhões.

A Fundação Nacional de Saúde já distribuiu, para a campanha de vacinação, 30

milhões de doses de vacina contra a pólio, 6,3 milhões de triplice viral, 4,1 milhões de DPT e 7,3 milhões de doses de vacina contra o sarampo, informou o senador. De acordo com ele, mais de 500 mil pessoas estarão trabalhando nos mais de 130 mil postos de vacinação espalhados pelo país. A operação envolverá ainda 2,5 mil barcos, 35,8 mil automóveis e caminhões e sete aeronaves, explicou.

Em relação ao Plano Emergencial para o Controle da Tuberculose, Joel de Hollanda

afirmou que o plano se propõe a cadastrar os pacientes por unidades de saúde, que passam a ser responsáveis pelo seu acompanhamento. Além disso, observou que o Plano Emergencial prevê integrar as atividades de diagnóstico e tratamento nos centros municipais de saúde e implantar um sistema de informações que possibilite tanto o acompanhamento local quanto o repasse dos dados à Fundação Nacional de Saúde e às secretarias estaduais.



Hollanda: vacinação envolve 500 mil pessoas

Crises no mercado imobiliário causam prejuízos para a classe média que adquire apartamentos em construção e não tem qualquer garantia de ressarcimento do dinheiro no caso de a empresa quebrar

Lobão propõe seguro para imóvel na planta

Projeto apresentado ontem pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) obriga toda empresa que vende imóveis em construção a fazer seguro para o caso de enfrentar problemas financeiros. Lobão afirmou que, assim, será possível evitar a repetição do drama de 42 mil pessoas que compraram apartamentos da Encol e nada receberam até agora, por causa da crise da empresa.

Pela proposição, a incorporadora pagará 70% do custo do seguro, cabendo ao mutu-

ário os 30% restantes. A empresa que não cumprir a lei poderá ser processada por estelionato e seus proprietários res-

Somente no caso de uma empresa, 42 mil compradores não receberam até agora nem as moradias nem o que já pagaram durante as obras

ponderão criminalmente.

O projeto determina, ainda, que a empresa discrimine o valor do seguro no contrato de venda do imóvel. A validade

do seguro só acaba quando o mutuário receber o bem previsto no contrato. Caberá ao Banco Central acompanhar o mercado para verificar se alguma empresa vende imóvel em construção sem o seguro.

Lobão ponderou que o governo deve dar segurança aos compradores de imóveis e, caso a Encol não resolva seus problemas e provoque prejuízos aos mutuários, poderá haver uma crise de confiança a

ponto de abalar o sistema de construção civil do país. No seu entendimento, além de fechar empregos, uma crise desse tipo afeta dezenas de áreas paralelas, multiplicando o efeito de uma possível falência.

O comprometimento do setor imobiliário, tão vital para a economia, pode vir a ter impacto extremamente negativo sobre a renda nacional. Não podemos esquecer que o atual contexto brasileiro não pode prescindir da geração de empregos e, conseqüentemente, da renda - argumentou.

Ademir não vê avanço em abrir loja domingo

"Mais uma vez Fernando Henrique Cardoso desrespeita o Congresso e, através de medida provisória, tomou a decisão de estabelecer que o comércio pode ficar aberto aos domingos", reclamou ontem o senador Ademir Andrade (PSB-PA), dizendo que, embora se pretenda aumento dos níveis de emprego, os comerciários serão ainda mais sacrificados.

Ademir anunciou a intenção de apelar ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que solicite agilidade à Câmara na tramitação do projeto regulamentando o uso de MPs - aprovado pelo Senado no primeiro semestre - e para que o Congresso vote as MPs pendentes de apreciação.

Na opinião do senador, a decisão do presidente foi "tão ruim" a ponto de registrar que os trabalhadores no comércio são "obrigados a ter folga em pelo menos um domingo" por mês, quando o mundo inteiro reduz a jornada de trabalho.

Pior ainda, a seu ver, é que a decisão foi incorporada, como um remendo, à reedição de medida provisória sobre outro tema, "sem que a discussão passasse pelos interessados na matéria".

Simon sugere serviço civil obrigatório a dispensado do quartel

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou proposta de emenda à Constituição que confere às Forças Armadas competência para atribuir, em tempo de paz e na forma da lei, serviço alternativo de caráter civil aos jovens dispensados do serviço militar por excesso de contingente.

Atualmente, esse serviço alternativo é atribuído aos que, após alistados, alegarem imperativo de consciência para se eximir de atividade de caráter essencialmente militar. A Constituição define como imperativo de consciência "o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política".

A proposta também prevê serviço alternativo para as mulheres e eclesiásticos, após alistamento. O texto constitucional vigente estabelece que são isentos do serviço militar em tempo de paz, mas "estão sujeitos a outros encargos que a lei lhes atribuir".

Na justificativa da emenda, Simon informa que, segundo dados referentes aos últimos cinco anos, foram alistados anu-



Simon: serviço civil alternativo almente 1,3 milhão de jovens no país, sendo que apenas 113 mil foram incorporados ou matriculados nos quadros militares - apenas dez por cento do total. Esses dados referem-se apenas aos homens, ressaltou o senador.

O objetivo da proposição é o engajamento deste relevante número de jovens em atividades de caráter civil, tais como serviços administrativos, assistenciais, filantrópicos, comunitários ou produtivos em setores públicos, no âmbito dos três Poderes e suas respectivas esferas federal, estadual e municipal - acrescenta o senador.

Projeto de Arruda cria zona de produção no Distrito Federal

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) apresentou projeto de lei que cria a Zona Especial de Produção do Distrito Federal (Zepro), sob regime fiscal próprio, estabelecida com a finalidade de promover atividades produtivas e geradoras de empregos qualificadas nas suas regiões administrativas. Não se inclui nessa Zona Especial o Plano Piloto de Brasília, tombado pela Unesco como patrimônio histórico e cultural da humanidade.

Pelo projeto, a entrada de bens de produção estrangeiros na Zepro se fará com suspensão dos impostos sobre Importação e sobre Produtos Industrializados, convertida em isenção em certas condições.

A proposta estabelece outros benefícios fiscais para os produtos industrializados na Zepro, que poderão ser concedidos por apenas quinze anos e no máximo até 2022.

Excluem-se desses benefícios armas e munições, veículos de passageiros, exceto ambulâncias, carros funerários, carros celulares e jipes, bebidas alcoólicas, fumo e seus deri-



Arruda: pela economia de Brasília

vados, produtos de perfumaria ou de toucador, preparados e preparações cosméticas.

Na justificativa do projeto, Arruda afirma ser indiscutível a necessidade de se dotar o Distrito Federal de vida econômica própria, que proporcione, sobretudo, auto-sustentação financeira a Brasília.

Segundo o senador, a Zona Especial destina-se a ser um instrumento capaz de, progressivamente, liberar o Tesouro Nacional dos encargos financeiros com o Distrito Federal, e, ao mesmo tempo, permitir a instalação na região de um pólo econômico gerador de riquezas, de impostos e de empregos.

Ouçã a Rádio Senado FM 91,7